


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0505229-49.2011.8.26.0566**

Classe - Assunto **Execução Fiscal - Taxas**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 21/02/2014 10:20:05 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

INTERPAV SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO apresenta exceção de pré-executividade (fls. 61/65) nesta execução fiscal que lhe move a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS.

A execução refere-se à cobrança dos débitos descritos nas CDA's de fls. 03/43, referente ao ISS-Tomadores/Órgãos Públicos GISS não recolhidos nos anos de 2006, 2007 e 2008.

A excipiente alega prescrição.

A excepta manifestou-se a fls. 72/75.

É O BREVE RELATO.

A execução refere-se a ISS devido pelo tomador de serviços a título de responsabilidade tributária a partir de uma GISS (Guia de Informação de Imposto Sobre Serviços).

Trata-se tributo sujeito a lançamento por homologação, de modo que o termo inicial do prazo prescricional, ou seja, a constituição definitiva do crédito tributário, ocorre na data da apresentação da declaração ou na data do vencimento, o que ocorrer por último (STJ: AgRg no Ag 1056045/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 28/04/2009; AgRg no REsp 1156586/BA, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, 1ªT, j. 06/09/2012)

Quanto ao caso em tela, a partir das CDAs desconhece-se a data da apresentação da declaração, de qualquer forma, considerando-se o que normalmente acontece (art. 335, CPC), ou seja, o vencimento sendo posterior à declaração, ter-se-á como termo inicial o vencimento de cada dívida.

O marco interruptivo da prescrição dar-se-ia com o despacho inicial nos termos do art. 174, parágrafo único, I do CTN, mas tal interrupção retroage à propositura da ação em 22/11/11, pois o § 1º do art. 219 do CPC aplica-se aos créditos tributários, segundo orientação do STJ, REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 12/05/2010, posicionamento este coerente com o fenômeno da prescrição, que pressupõe inércia do credor, inexistente no caso do credor que cobra a dívida em juízo.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Logo, prescreveram os créditos vencidos antes de 23/11/06.

São aqueles indicados nas CDAs de fls. 03/14 e 17/24.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, **ACOLHO EM PARTE** a exceção de pré-executividade para **DECLARAR** a prescrição dos créditos tributários indicados nas CDAs de fls. 03/14 e 17/24, com fulcro no art. 156, V, primeira figura do CTN, e, em consequência, em relação a tais créditos resolver o mérito e extinguir a execução, com fulcro no art. 269, IV, segunda figura do CPC.

Os honorários advocatícios, diante da sucumbência parcial, compensam-se integralmente.

Vista ao exequente em prosseguimento, devendo excluir os créditos alcançados pela prescrição, apresentando memória de cálculo atualizada.

P.R.I.

São Carlos, 19 de março de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA